



**DO AGRO AO TÓXICO: OS IMPACTOS DA LEI 12.651/2012 (NOVO
CÓDIGO FLORESTAL) E DO PROJETO DE LEI 6.299/2002 “PL DO
VENENO” SOBRE O MEIO AMBIENTE BRASILEIRO**

Vitor Gabriel Ferreira da Silva¹, Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho².

Resumo: O Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) trouxe diretrizes de proteção à vegetação nativa, mas também promoveu retrocessos ambientais ao anistiar desmatadores e flexibilizar obrigações de recomposição florestal. Em complemento, o Projeto de Lei nº 6.299/2002, conhecido como “PL do Veneno” de autoria de Blairo Maggi, altera a Lei nº 7.802/1989, reduzindo critérios de controle e avaliação toxicológica, o que potencializa riscos à saúde e à biodiversidade. Nestas circunstâncias surge o questionamento de quais impactos socioambientais são gerados a partir da flexibilização das normas ambientais promovidos por estas legislações, e de que forma essas alterações contribuem para o aumento da degradação ambiental no Brasil, questionamento este que levanta a hipótese de que tal flexibilização trazida pelos aparelhos infra constitucionais supracitados favorecem o interesse do agronegócio em detrimento da proteção ambiental, intensificando o desmatamento, o uso de agrotóxicos e a contaminação do ecossistemas. A pesquisa tem por objetivo analisar os impactos dessas normas sobre o meio ambiente e compreender como a flexibilização legislativa favorece interesses do agronegócio em detrimento da sustentabilidade, gerando retrocesso à constituinte de 1988. O estudo, de abordagem qualitativa e natureza crítico-dialética, com uso de categorias do materialismo histórico-dialético da contradição e totalidade, partindo da análise normativa e socioeconômica, relacionando os dispositivos legais com os princípios constitucionais de proteção ecológica. Os resultados indicam que a flexibilização normativa contribui para o aumento do

¹ Acadêmico de Direito da Universidade Regional do Cariri (URCA) e integrante do Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico (LACÔNICO/URCA), na Linha de Pesquisa 3: Aparelhos Ideológicos do Estado, Aparelhos Privados de Hegemonia empresarial e Poder Legislativo como participantes nos conflitos constitucionais socioeconômicos. E-mail: vitor.ferreira@urca.br.

² Professor do Departamento de Direito, pesquisador-coordenador do Laboratório de análise de conflito constitucional socioeconômico (LACÔNICO/URCA), pesquisador do Grupo de estudos e pesquisas em Direitos humanos fundamentais – GEDHUF/URCA, pesquisador do Grupo de Análise de Políticas Públicas Intersetorial – GAPPI/UFRN. E-mail: djamiro.acipreste@urca.br.

X SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVIII SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA URCA
10 a 14 de NOVEMBRO de 2025

Tema: “UNIVERSIDADE E SOCIEDADE NA AGENDA 2030”



desmatamento, da contaminação do solo e da água, além de enfraquecer políticas públicas de preservação ambiental. Conclui-se que tais medidas representam um retrocesso diante dos avanços constitucionais de 1988, comprometendo a efetividade dos direitos fundamentais ao meio ambiente equilibrado e à dignidade humana. Assim, reforça-se a necessidade de um controle mais rigoroso das atividades do Agronegócio e de políticas que integrem produção e sustentabilidade, assegurando um futuro ambientalmente justo e equilibrado, firmando a hipótese levantada inicialmente.

Palavras-chave: Código Florestal. PL do Veneno. Retrocesso ambiental. Direito Ambiental.